

*Transferências de valor e troca desigual no Brasil de 1995 a 2009**Value transfers and unequal exchange in Brazil from 1995 to 2009*

Rodrigo Straessli Pinto Franklin¹
Rodrigo Emmanuel Santana Borges²

Resumo

O presente artigo analisa a disparidade entre o fluxo de valor (em termos de horas de trabalho) e o fluxo monetário resultante das trocas internacionais realizadas pela economia brasileira com seus principais parceiros comerciais para o período de 1995 a 2009. O intuito da pesquisa é o de averiguar a validade das teses da “troca desigual” derivadas da teoria da dependência e colaborar para a compreensão do modo de inserção do Brasil no mercado mundial, a fim de aprofundar a crítica aos projetos de desenvolvimento impulsados a partir do Estado brasileiro no período.

Palavras-chave: Teoria Marxista da Dependência. Mercado mundial. Transferência de valor. Brasil.

Abstract

This article analyzes the disparity between the value flows (in terms of hours worked) and the monetary flows resulting from international exchanges carried out by the Brazilian economy with its main trading partners for the period from 1995 to 2009. The purpose of the research is to ascertain the validity of the “unequal exchange” theses derived from the dependency theory and to collaborate in the understanding of the way of insertion of Brazil in the world market, in order to deepen the criticism to the development projects promoted from the Brazilian State in the period.

Keywords: Marxist Dependency Theory. World market. Value transfers. Brazil.

1 Introdução

A teoria marxista da dependência consiste na aplicação do pensamento marxista à análise da dinâmica capitalista no mercado mundial. Gestou-se a partir da crítica ao debate sobre o subdesenvolvimento e à visão de um mundo pautado na hierarquia centro-periferia apresentada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), além da crítica às posições do marxismo ortodoxo propalado pelos manuais de Economia Política soviéticos e à visão etapista

1 Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grando do Sul. Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: rodrigo.franklin@ufes.br.

2 Doutor em Economia Internacional e Desenvolvimento pela Universidad Complutense de Madrid. Bolsista de pós-doutorado (EDITAL FAPES/CAPES N. 10/2018 – PROFIX 2018) no Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da UFES. E-mail: rodrigo@imperialismoedependencia.org.

adotada por vários partidos comunistas em países periféricos. Originada em fins dos anos 1960, perdeu fôlego com o avanço das ditaduras na América Latina, o fim da Guerra Fria e o avanço do ideário neoliberal na década de 1990.

Todavia, em parte como resultado do afiançamento regional do ‘neodesenvolvimentismo’, esgarçado rapidamente pela “Grande Recessão” de 2008 e pela desaceleração econômica que marca o capitalismo mundial desde então, a teoria marxista da dependência tem recuperado a atenção do mundo acadêmico (e político), não só com o resgate dos seus principais autores, mas também com significativos avanços que incorporam novas determinações do mundo contemporâneo.

Em essência, a tese central da teoria da dependência pode ser assim explicada: a despeito de termos observado a independência política e a industrialização da maioria dos países que compõem a periferia do mercado mundial capitalista, os mesmos se encontram presos a um conjunto de relações de dependência econômica que determinam um processo de transferência de valor para as economias centrais, o qual condiciona a acumulação de capital e a reprodução social da periferia.

Dentre esses mecanismos de transferência de valor encontra-se o que muitos teóricos denominam de “troca desigual” – uma interpretação marxista inspirada na tese da deterioração dos termos de troca. A troca desigual consiste, sinteticamente, em uma desigualdade persistente e viesada em operação no mercado mundial, na formação de preços e no comércio mundial, em detrimento das formações periféricas, nas quais se incorporam mais valor (trabalho) nas mercadorias que estas vendem para as potências imperialistas do que recebem naquelas que adquirem das últimas.

Contudo, mesmo com os atuais avanços da teoria da dependência, não há na literatura recente um trabalho que busque, pautado nos avanços do instrumental analítico e na disponibilidade mais ampla de dados estatísticos, analisar de forma mais concreta essa forma de transferência de valor no mercado mundial, de modo a verificar sua validade e demonstrar, efetivamente, qual o impacto da “troca desigual” para as economias tanto centrais quanto periféricas. Diante de tal cenário, o presente trabalho se propõe a avaliar, a partir das categorias econômicas marxistas, o fluxo de valor resultante das trocas internacionais realizadas pela economia brasileira no período de 1995 a 2009, indicando a posição líquida e a tendência dos fluxos para cada um dos principais parceiros comerciais do país, bem como a real significância desse fluxo de valor para a dinâmica de acumulação e reprodução social do capitalismo brasileiro. A escolha do Brasil mostra uma vantagem adicional, pois, por constituir aquilo que geralmente se qualifica como semiperiferia, ou sua posição especial como subimperialista, será possível evidenciar seu papel como ponte de

passagem para o valor que se extrai da periferia e é direcionado aos países centrais imperialistas.

Com isso, o intuito do presente trabalho é tanto o de ampliar a credibilidade da teoria – ao evidenciar, no concreto, as relações que ela estabelece em abstrato –, quanto o de permitir uma avaliação da magnitude e efeitos desse fluxo de valor sobre a dinâmica econômica e sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, contribuindo, assim, para a construção de propostas capazes de dimensionar melhor sua forma de inserção no mercado mundial, bem como os limites da mesma. Ademais, nossa pesquisa contribui também para avançar na consolidação de um método para o cálculo e a comparação dos fluxos de horas de trabalho envolvendo as diversas economias que compõem o sistema capitalista mundial.

Para isso e em acordo ao escopo formal do presente escrito, além desta introdução, o trabalho está dividido em outras quatro partes. Na próxima, evidenciamos sinteticamente os fundamentos teóricos e a polêmica em torno à noção de troca desigual. A terceira seção é dedicada a discorrer sobre o método avançado e utilizado nas estimativas de valores e troca desigual a partir de dados publicamente disponíveis. A seguinte seção se debruça sobre as estimativas para refletir sobre sua evolução e impactos na dinâmica econômica brasileira. Por fim, apontam-se perspectivas e limitações abertas, a partir desta abordagem, para o aprofundamento e novas pesquisas em torno da temática.

2 Transferências de valor, troca desigual e dependência: teoria e debate

É possível afirmar que a primeira elaboração teórica marxista referente à transferência de valor que resulta das trocas internacionais foi feita por Arghiri Emmanuel em 1962 como uma tentativa de adequar a tese da deterioração dos termos de intercâmbio de Raúl Prebisch à teoria do valor trabalho de Marx. As teses centrais de Emmanuel (1973) são que: existem determinações exclusivas às trocas internacionais que levam os termos de troca a se deteriorarem em prejuízo dos países que mantêm salários mais baixos; a consequência dessa troca desigual é uma transferência de mais-valia entre nações, responsável pelo subdesenvolvimento daqueles. A ênfase dada por esse autor se encontra unicamente nos efeitos que uma distinção entre as taxas de exploração de diferentes países causa no processo de equalização da taxa de lucro internacional, e é também aí que reside seu principal equívoco: o de dar um tratamento exclusivo para um dos vários determinantes das desigualdades nas trocas internacionais³.

3 Embora essa escolha teórica seja considerada um equívoco pela maioria dos autores marxistas, há que se destacar a existência daqueles que defendem a postura de Emmanuel. Esse é o caso, por exemplo, de Samir Amin, que busca repousar sua análise na distinção entre os salários reais de cada formação social. Amin definiu a troca desigual nas seguintes palavras: “[...] para nós, há troca desigual no sistema capitalista mundial quando a diferença entre as

De todo modo, a “troca desigual” de Emmanuel logo se difundiu entre os marxistas que se voltavam para o problema do subdesenvolvimento e foi incorporada por quase todos os adeptos da teoria da dependência para explicar a contínua subordinação das economias periféricas aos países centrais. Dentre esses autores, podemos destacar a contribuição de Theotonio dos Santos (2011) – para quem a verdadeira causa da troca desigual não residiria na distinção entre as taxas de exploração dos países, mas no caráter monopólico do mercado mundial – e Ruy Mauro Marini (1981) – que, além da questão do monopólio, agrega como causa da “troca desigual” a diferença no grau de produtividade da força de trabalho, bem como argumenta que sua sustentação estaria assentada na superexploração da força de trabalho.

Outro autor que mostra uma contribuição significativa para a compreensão desse fenômeno é Ernest Mandel. Resgatando os apontamentos de Marx sobre as trocas de mercadorias no mercado mundial, Mandel (1982) argumenta que a fonte dessa desigualdade residiria em dois fatores: na distinção entre o grau de intensidade médio do trabalho em cada nação; e na inexistência de um processo de equalização da taxa de lucro entre os diversos países. Assim, a troca desigual resultaria do fato de que valores internacionais iguais poderiam representar quantidades desiguais de trabalho a depender do grau de intensidade do trabalho praticado em cada país produtor.

Contudo, quem apresentou a definição mais abarcadora ao fenômeno foi Charles Bettelheim⁴. Explica o autor:

[A troca desigual] tem lugar quando um país é obrigado a fornecer, através das mercadorias que vende, mais trabalho do que obtém através das mercadorias que compra, mesmo quando o tempo de trabalho por ele empregado seja o socialmente necessário e os preços se estabeleçam em condições de concorrência e de igualdade de taxas de lucro (BETTELHEIM, 1981, p. 59).

Por outro lado, cabe indicar que a existência da troca desigual não é consensual dentro do pensamento marxista. Shaik (1990) e Guerrero (1997), por exemplo, criticam a noção de troca desigual, cada um a seu modo. O papel das trocas monetárias e comerciais e sua relação com o processo de acumulação é vista a partir de outra perspectiva por Shaikh, que adota uma visão sobre o papel dos desequilíbrios comerciais na determinação dos preços nacionais sem incluir essencialmente desvios de preços e valores (preços de produção reguladores)⁵. A noção de troca desigual como drenagem de valor da periferia para o centro, não seria necessariamente existente, e,

remunerações do trabalho é superior à que caracteriza as produtividades” (Amin, 1984[1975], p. 60, tradução própria).

4 Para um estudo mais detalhado sobre o conceito de troca desigual e sua gestação, cf. Emmanuel e Bettelheim (1973), Amin (1975;1999) e Palloix (1990).

5 A tônica deste autor é sempre ressaltar que preços de mercado e valores são muito próximos nos dados concretos, defendendo no nível empírico a validade da teoria do valor-trabalho marxista, em sua dimensão quantitativa.

além disso, seria redundante. Como forma parcial de contestação da argumentação de drenagem de valor dos países atrasados para o central (muitas vezes implícita ou explícita na categoria de troca desigual), o autor chega a elaborar um exemplo abstrato em que um país atrasado poderia receber fluxos líquidos de valor do resto do mundo. Os termos de Guerrero são diretos da crítica a toda a perspectiva apoiada sobre o imperialismo:

De acordo com essa interpretação[a do autor], a teoria do valor compreende [...] uma teoria completa da concorrência (intra e intersetorial), baseada na livre circulação de capitais (e não no monopólio) e na troca de equivalentes (e não no imperialismo, como uma mistura de monopólio e troca desigual), que é ao mesmo tempo uma teoria da vantagem absoluta e do desenvolvimento desigual[...] (GUERRERO, 1997, p. 109, tradução nossa)

Shaikh, por outro lado, defende que

[...]o desenvolvimento desigual é inerente à interação internacional das nações capitalistas. Somente nessas bases podemos distinguir o imperialismo como um estágio do desenvolvimento capitalista, do desenvolvimento desigual como uma tendência imanente em todos os estágios (...) a lei dos custos comparativos não colide com a teoria do valor de Marx. Em vez disso, o que é derivado é uma lei de custos absolutos e, uma vez estabelecido, fica claro que uma série de fenômenos que os marxistas sempre foram forçados a derivar do capitalismo monopolista e / ou do desenvolvimento desigual são consequência direta do livre comércio[...] (SHAIKH, 1990, p. 216-217, tradução nossa)

Independente do debate com relação ao conteúdo teórico da categoria da troca desigual, o que o presente artigo busca evidenciar é exatamente a existência concreta de um fluxo de valor desigual no comércio internacional. Em suma, podemos dizer que essa transferência de valor que resulta das trocas deriva do fato de que produtos de distintas localidades se trocam por distintas quantidades horas efetivamente trabalhadas⁶. As principais causas dessa distinção residem nas divergências nacionais entre:

- a) taxa e formas dominantes de exploração;
- b) composições orgânicas do capital
- c) demais fatores que influenciam na tendência a equalização da taxa de lucro;
- d) intensidade média do trabalho;
- e) assimetria nas produtividades do trabalho para produção dos distintos valores de uso;
- f) domínio monopolístico dos mercados.

A despeito do termo “troca desigual” não parecer o mais adequado para tratar desse fenômeno – pois as transações internacionais não seriam mais “desiguais” do que aquelas realizadas

⁶ Essa definição foi apresentada inicialmente em Franklin (2012, 2015), juntamente com uma análise detalhada das causas dessa transferência de horas de trabalho.

em um mercado nacional dominado pelas relações capitalistas de produção –, devemos considerar que, na medida em que esses fatores se concentram em maior ou menor grau num conjunto de nações, eles determinam um fluxo de valor unilateral entre países que é absorvido primariamente pela classe capitalista das economias centrais.

3 ESTIMATIVA DA TRANSFERÊNCIA DE VALOR – MÉTODO, LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES

A análise do fluxo de valor que deriva do processo de trocas de mercadorias apresenta duas dificuldades intrínsecas ao fenômeno. Em *primeiro* lugar, como o que se busca avaliar deriva da distinção entre preços e valores, os dados sobre o comércio mundial mostram-se incompletos. Afinal, a transferência de valor não é visível ao se analisar o movimento do dinheiro pela balança de pagamentos dos países que compõem o mercado mundial. No entanto:

[...] Essa diferença desaparece assim que se abstrai a forma-dinheiro. O país favorecido recebe mais trabalho de volta em troca de menos trabalho, embora essa diferença, esse a-mais, assim como no intercâmbio entre trabalho e capital de modo geral, seja embolsado por certa classe [...] (MARX, 1986, p. 181)

Portanto, para evidenciarmos a transferência de valor, devemos contrastar os fluxos monetários do comércio internacional com as horas de trabalho necessárias para a produção das mercadorias exportadas/importadas pelos diversos países.

Todavia, enquanto os dados monetários sobre o comércio internacional são abundantes, as informações sobre as grandezas dos valores transacionados não são apresentadas pelos órgãos oficiais de estatísticas – a despeito de fornecerem os meios necessários para obtê-la. Assim, descrevemos a seguir o método pelo qual tal informação pode ser levantada a partir do instrumental analítico consolidado por Wassily Wassilyovitch Leontief (1983) para aplicação sobre matrizes insumo-produto multirregionais⁷.

A matriz insumo-produto nacional é um registro da atividade econômica de dado país em dado período de tempo que evidencia a forma como cada setor econômico transaciona com os demais para gerar o montante de mercadorias destinadas ao consumo e investimento. Uma matriz insumo-produto multirregional (Figura 1) é capaz de mostrar essa mesma interdependência setorial tal como ocorre entre distintas regiões economicamente relacionadas. O relevante para nossa análise é que podemos observar as transações inter-regionais de mercadorias nos pontos de interseção entre as distintas regiões. Tal como indicado na Figura 1, a soma dos valores apresentados nas áreas da

7 O método descrito aqui, que se aproxima em certa medida do proposto por Ochoa (1984), foi consolidado e aplicado pela primeira vez em Franklin (2012, 2015).

matriz indicadas por “País A → País B” nos apresentam as exportações em termos monetários de A para B, enquanto que as importações referem-se às células indicadas por “País B → País A”.

Figura 1 – Esquema simplificado de matriz insumo-produto multirregional

		Consumo Intermediário						Demanda						Produto Total
		País A			País B			País A			País B			
		Setor 1	Setor 2	...	Setor 1	Setor 2	...	Consumo Final	Capital Fixo	Estoque	Consumo Final	Capital Fixo	Estoque	
Consumo Intermediário	País A	País A → País B			País A → País B			País A → País B			País A → País B			
	Setor 1													
	Setor 2													
País B	País B → País A			País B → País A			País B → País A			País B → País A				
Valor Agregado	Salários													
	Lucros													
Produto Total														

Fonte: Franklin (2015).

Contudo, para atender aos nossos objetivos, é necessário descobrir não apenas o valor monetário das exportações e importações entre as regiões, mas também a quantidade de trabalho que está presente nessas mercadorias intercambiadas. Para tanto, precisamos adicionar aos dados monetários da matriz insumo-produto as informações sobre a quantidade de horas trabalhadas em cada setor de todas as economias envolvidas⁸, e calcular as informações que necessitamos seguindo os passos explicados a seguir.

Primeiro, calculamos a matriz de coeficientes técnicos, que representam a quantidade monetária de insumos de cada tipo que está contida em uma unidade monetária do produto final de cada setor. Denotando por M uma matriz $N \times N$ contendo todas as informações sobre o consumo intermediário dos setores da economia, e por P um vetor de N colunas representado o produto total de cada setor, podemos calcular a matriz de coeficientes técnicos A ($N \times N$) de tal modo que:

$$a_{ij} = \frac{m_{ij}}{p_j}$$

A partir desse ponto, podemos calcular a matriz inversa de Leontief (L), tal que:

$$L = (I - A)^{-1}$$

Onde I representa uma matriz identidade $N \times N$.

A matriz inversa de Leontief nos permite calcular a quantidade horas de trabalho contida em

⁸ Na medida do possível, deve-se levar em consideração a diferença entre trabalho simples e trabalho complexo.

cada unidade monetária das mercadorias produzidas em cada setor. Antes, no entanto, é preciso calcular o vetor T de N colunas, que representa o insumo “trabalho”, ou seja, a quantidade horas efetivamente trabalhadas pelos trabalhadores de cada setor na produção de uma unidade monetária de seu produto final. Tomando por h_j a quantidade de horas trabalhadas no setor j da economia, temos:

$$t_j = \frac{h_j}{p_j}$$

E então, fazemos:

$$Q = T \cdot L$$

Multiplicando os elementos de cada linha da matriz insumo-produto pela respectiva coluna do vetor Q , teremos a reprodução dessa matriz em termos de horas trabalhadas⁹. Com isso, podemos calcular, do mesmo modo que fizemos para os fluxos monetários das exportações e importações, o montante de horas de trabalho transacionadas entre países e averiguar, assim, a existência de transferências desiguais de valor trabalho no comércio internacional.

A *segunda* dificuldade intrínseca a esse tipo de análise resulta do fato de que as trocas de mercadorias são mediadas pelo dinheiro ($M - D - M$), sem a necessidade de que a primeira etapa da metamorfose ($M - D$) seja imediatamente sucedida pela segunda ($D - M$). Isso resulta, concretamente, em trocas internacionais com montantes monetários desiguais, de modo que uma determinada nação possa se encontrar em uma posição superavitária ou deficitária conforme o montante de suas exportações seja maior ou menor do que de suas importações. Conseqüentemente, o mero contraste com a quantidade de horas de trabalho transacionadas não será suficiente para determinar a transferência de mais-valia pelo comércio internacional, pois uma maior absorção de valor pode ser resultado de um superávit da balança comercial.

Para observarmos a transferência de valor que resulta das trocas internacionais é preciso compreender que essa transferência ocorre nas duas etapas do processo de metamorfose das mercadorias ($M - D$ e $D - M$). Quando vendem suas mercadorias, os capitalistas de um país obtêm em troca uma quantidade de dinheiro que expressa o preço das mesmas, mas uma grandeza de valor distinta da que levam à circulação. Do mesmo modo, quando compram mercadorias com o dinheiro que obtiveram na venda, trocam magnitudes iguais em termos monetários, mas desiguais em termos de horas de trabalho.

⁹ Uma explicação mais detalhada do que foi exposto pode ser encontrada em Leontief (1983, p. 75–78) ou Shaikh e Tonak (1994, p. 78–86).

É preciso, portanto, levar em consideração o valor expresso pelo dinheiro. Se tal empreitada se mostra difícil em um cenário no qual o dinheiro desmaterializado não se assenta em nenhuma mercadoria em particular, ela não se torna menos complexa quando o papel-moeda representa uma determinada quantidade de dinheiro-mercadoria. Afinal, o que se trata de determinar não é o valor do dinheiro – i.e., o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria que serve como equivalente geral –, mas o valor que ele expressa, ou seja, a grandeza do valor que, em média, ele permite ao seu portador obter.

Uma forma razoável de solucionar esse impasse consiste em considerar o dinheiro como expressão do poder de compra tal qual se observa nas próprias transações internacionais – isto é, a soma da quantidade de horas de trabalho presente nas mercadorias vendidas por todos os países envolvidos em uma determinada rede de comércio internacional, dividida pela soma dos preços dessas mesmas mercadorias. Tal foi a opção seguida no presente estudo.

Resta considerar, ainda, se os dados necessários para tal análise estão disponíveis. Felizmente, as últimas duas décadas observaram uma significativa profusão de dados estatísticos sobre o comércio internacional na forma de matrizes insumo-produto multirregionais. Especificamente, o trabalho realizado por Timmer e outros (2015) mostra-se de interesse especial na aplicação da presente pesquisa por apresentar não só os dados monetários das matrizes insumo-produto multirregionais para 40 países e regiões para o período de 1995 a 2011, dentre os quais se inclui o Brasil¹⁰, mas também por conter os dados relacionados com as horas trabalhadas por setor econômico em cada uma dessas economias – estratificado, inclusive, pelo grau de instrução da força de trabalho (dando margem para o tratamento da diferença entre trabalho simples e complexo).

Ademais, é preciso indicar algumas hipóteses de opções metodológicas que foram aplicadas na presente pesquisa. Primeiramente, ressaltamos que decidimos por não diferenciar o grau de complexidade dos diversos tipos de trabalho. Diante da inexistência de um critério consolidado no pensamento marxista para determinar a relação quantitativa que deve se estabelecer entre trabalho simples e complexo, nossa opção foi por considerar todas as horas trabalhadas como equivalentes – i.e., como se todos os trabalhos tivessem o mesmo grau de complexidade – de modo a eliminar um viés nos resultados proveniente de pressupostos *ad hoc*.

Em segundo lugar, realizamos uma diferenciação entre o trabalho que se considera produtivo e improdutivo seguindo as sugestões presentes em Shaikh e Tonak (1994). Contudo, é preciso

¹⁰ Esse conjunto de países inclui todas as nações que compõem a União Europeia, além das 10 maiores economias do mundo. A despeito de não incluir dados de parceiros comerciais importantes do Brasil, como a Argentina e vários outros países da América Latina, os países que integram essa base de dados respondem por aproximadamente 75% das relações econômicas do Brasil com o exterior.

ressaltar que, diante do nível de agregação em que estão dispostas as informações – que impossibilita uma diferenciação mais detalhada dentro de cada setor do quanto de trabalho produtivo e improdutivo foi despendido –, optamos por considerar como produtivas todas as horas trabalhadas nos setores propriamente produtivos e, inversamente, improdutivo todo trabalho realizado nos setores fundamentalmente improdutivos (comércio, finanças *etc.*)¹¹.

Por fim, é preciso observar que os valores calculados a partir da metodologia apresentada aqui tenderão a sub-representar o volume de “renda imperial” – para utilizar o termo de Higginbottom (2013) – drenado dos países dependentes. Isso pois há prática de “preços de transferência”, cada vez mais intensa e obscurecida particularmente via formas de atuação das empresas transnacionais nas cadeias globais de valor (BORGES, 2015, 2020).

Por outro lado, as potencialidades de estudos como o nosso parecem evidentes. Tratar de magnitudes reais, em termos de horas trabalhadas, refletir sobre a existência e relevância de fenômenos teorizados como transferências de valor, constituem um passo de desvelamento do funcionamento do capitalismo¹². Além do mais, abre a possibilidade de outros estudos sobre a acumulação, exploração e taxa e lucro, além de reflexões sobre desvios de preços de valores.

Com a aplicação da metodologia aqui exposta, apresentamos a seguir uma noção mais concreta do impacto que as transferências de valor entre o Brasil e seus principais parceiros comerciais causam na apropriação do produto total do país e, portanto, no seu processo de acumulação de capital.

4 Transferências de valor a partir da formação social brasileira de 1995 a 2009

Para proceder à análise de nossas estimativas, duas séries de considerações são prementes. A primeira diz respeito às condições conjunturais da economia mundial no período; a segunda, as dimensões básicas de acumulação de capital e exploração na formação social tupiniquim.

Em termos bastante sintéticos, o período de 1995 a 2009 foi marcado, internacionalmente, por fortes turbulências (crise dos tigres asiáticos, crise russa, crise brasileira, crise argentina, crise turca, crise da Nasdaq, crise após a derrubada das torres gêmeas nos EUA – só para rememorar algumas das principais perturbações fortes no período), em um contexto de aceleração da

¹¹Para exemplificar o limite dessa definição, no setor do comércio de varejo (que é improdutivo por natureza), todo o trabalho despendido foi considerado como improdutivo, a despeito de existir uma pequena parcela dele que é efetivamente produtivo (como o trabalho envolvido com a estocagem e outras pequenas atividades produtivas que são executadas no momento que a mercadoria é entregue ao consumidor).

¹²Além de avanço de consciência da classe trabalhadora, em última instância, uma vez a luz arrojada seja aproveitada por intelectuais orgânicos da classe.

acumulação mundial de capital, até o estouro da pior crise de superacumulação de capital em décadas – a crise do *subprime* que eclodiu em 2008.

No tocante aos marcos da relação do Brasil com o exterior, também cumpre lembrar que o início do período esteve marcado pela política de âncora cambial e abundância de liquidez externa, na forma de avidez do capital especulativo em adentrar circuitos reais e, principalmente, fictícios de acumulação de capital no Brasil; basta recordar que a taxa de juros real alcançou até praticamente 40% ao ano em determinadas conjunturas nesse momento (BORGES et al, 2019).

Ademais, devemos pontuar o contexto de aceleração da acumulação de capital internacional esteve fortemente associado, no período 1999 a 2007, a um ciclo muito favorável em termos dos preços das mercadorias básicas – o chamado boom das *commodities*. Uma possível interpretação do boom seria que a aceleração da acumulação de capital na China se desdobrou em maior disputa produtiva com a principal potência imperialista – os Estados Unidos –, traduzida em disputa por matérias-primas e *commodities* em geral, uma vez que a produção destas não se expandiu em ritmo compatível com a demanda mundial tensionada nesse período.

Por fim, antes de nos debruçarmos sobre as transferências de valor do Brasil via comércio mundial, é meritório conhecer as dimensões principais dessa formação social no período, tais como estimados na tabela 1, a seguir.

Por um lado, o produto total anual em valor – *i.e.*, o valor novo criado pela sociedade brasileira em cada ano, derivado das horas trabalhadas nos setores produtivos –, decresceu no início do período, em linha com os impactos, negativos à acumulação de capital local e de impulso ao desemprego, da rápida e aguda abertura comercial vivida no bojo do Plano Real. Mas a partir de 1998, notamos um vigoroso crescimento, praticamente ininterrupto, de cerca de 83 bilhões de horas de trabalho anuais materializadas (equivalentes a cerca de 40 milhões de trabalhadores-ano produtivos de valor) até uma produção total consistente de 100 bilhões de horas de trabalho (ou praticamente 50 milhões de trabalhadores-ano), resultante tanto de uma ampliação da população economicamente ativa quanto da redução da taxa de desemprego.

**Tabela 1: Brasil - Produção de valor e exploração - indicadores selecionados
- 1995 a 2009 (horas de trabalho e %)**

Ano	Jornada de trabalho anual média	Valor da força de trabalho	Mais-valor	Taxa de exploração	Produto anual (bilhões de horas)
1995	2.060	505,5	1.554,5	308%	86,21
1996	2.086	515,7	1.570,3	304%	83,88
1997	2.084	494,1	1.589,9	322%	84,87
1998	2.079	500,5	1.578,5	315%	83,33
1999	2.039	436,5	1.602,5	367%	86,69
2000	2.046	448,8	1.597,2	356%	87,26
2001	2.049	428,5	1.620,5	378%	86,35
2002	2.047	419,0	1.628,0	389%	88,89
2003	2.045	416,4	1.628,6	391%	89,86
2004	2.029	419,8	1.609,2	383%	94,67
2005	1.994	427,8	1.566,2	366%	96,10
2006	1.991	436,1	1.554,9	357%	95,96
2007	1.999	446,9	1.552,1	347%	97,46
2008	2.007	470,8	1.536,2	326%	100,08
2009	2.007	472,4	1.534,6	325%	98,46

Fonte: Timmer e outros, 2015. Cálculo próprio.

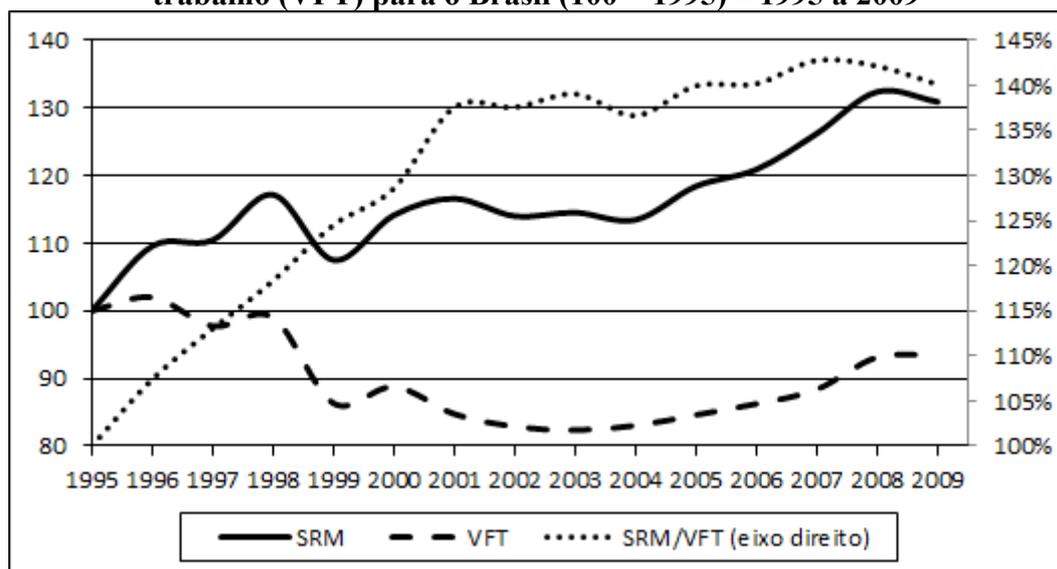
A jornada anual média variou muito pouco, registrando um muito tênue decréscimo a partir de 1999. O ciclo de *commodities* e o ascenso de um governo algo mais favorável aos trabalhadores, poderíamos interpretar, impediram a ampliação da mais-valia pela via da ampliação absoluta da quantidade extensiva de trabalho gerada por trabalhador (mais-valia absoluta).

A taxa de exploração, por sua vez, mostra-se bastante elevada em todo o período. Os menores valores, registrados nas estimativas dos primeiros anos disponíveis, situam-se acima de 300%. Esses resultados estão em linha com outros estudos (GONZÁLEZ; VALLE BAESA, 2011; GONZÁLEZ et al, 2019) que estimam taxas de exploração para países da região latino-americana e mostram que, em vez de estarem caracterizadas por menor exploração, frente às formações sociais avançadas imperialistas, diante de sua menor produtividade laboral – como preconizado por Marx (2013, p. 632) –, dá-se na realidade justamente o inverso.

Uma última dinâmica digna de nota é a refletida no valor da força de trabalho, sobretudo em uma comparação preliminar com a variação dos salários reais para o mesmo período (gráfico 1). Vemos que seu movimento pode ser dividido em três distintas fases. Em um primeiro momento, de

1995 a 2001, há uma redução do valor da força de trabalho acompanhada por uma ampliação aparente do poder aquisitivo desse valor. Isso indica que uma parcela decrescente da jornada de trabalho restituída ao trabalhador lhe permitiu adquirir uma quantidade cada vez maior de valores de uso¹³, evidenciando que a redução do valor da força de trabalho resultou de um processo de ampliação relativa da mais-valia gerada (mais-valia relativa¹⁴).

Gráfico 1 – Relação entre salário real médio (SRM) e valor da força de trabalho (VFT) para o Brasil (100 = 1995) – 1995 a 2009



Fonte: Timmer e outros, 2015. Cálculo próprio.

Já o período que se estende de 2001 a 2004 é marcado por uma relativa estabilidade tanto do salário real quanto do valor da força de trabalho (e, portanto, da produtividade/intensidade do trabalho). De 2004 em diante, com a mudança da correlação de forças, uma acentuada trajetória de elevação do salário real se combina com uma elevação do valor da força de trabalho, evidenciando que os ganhos dos trabalhadores chegavam a comprometer uma parcela dos ganhos da mais-valia relativa.

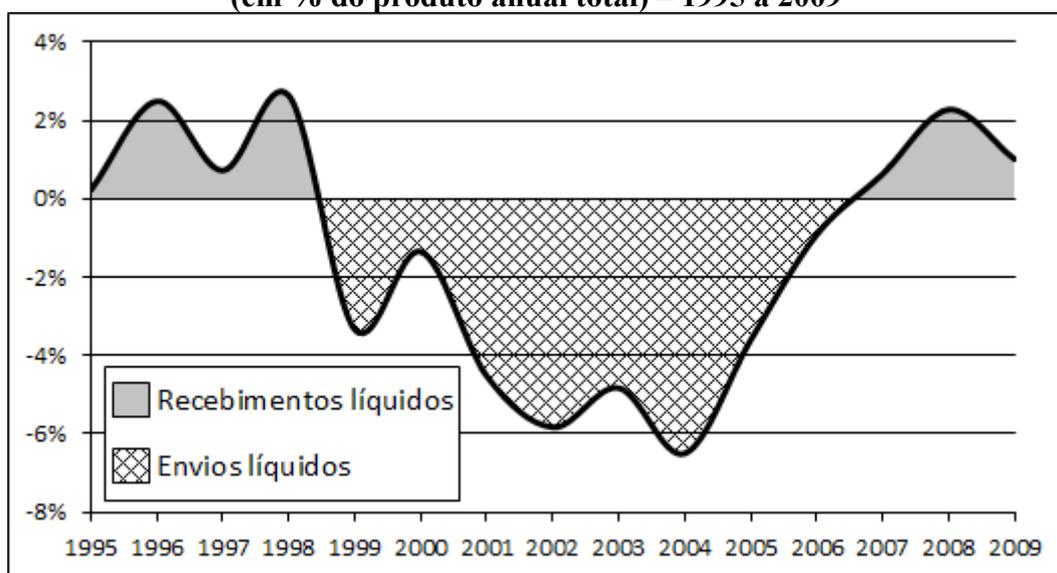
Feitas essas considerações iniciais, passemos à análise dos principais fluxos de transferências de valor e troca desigual ocorridos no período. No gráfico 2, mostramos o resultado líquido das transferências de valor via comércio internacional para a economia brasileira. No período de 1995 até a crise cambial, o Brasil se posicionava como um receptor líquido de horas de trabalho, algo que se repetiu a partir de 2007 como consequência provável do boom das

¹³ Mesmo no período da crise brasileira de 1999, no qual se observa uma redução do salário real médio, vemos que há uma redução ainda mais significativa no valor da força de trabalho, evidenciando que a queda do salário real médio só não foi maior porque os trabalhadores absorveram uma parte dos ganhos advindos do aumento da produtividade/intensidade do trabalho.

¹⁴ Destaque-se que os cálculos oferecidos no gráfico 1 não são centrais para o objeto deste escrito. Cf. a partir de outras perspectivas, Borges (2006, 2007).

*commodities*¹⁵, tendo uma pequena redução em sua magnitude como consequência da crise em 2009. Contudo, o período que se estende de 1999 a 2006 é marcado pelo envio líquido de horas trabalhadas para o exterior em montantes mais significativos do que os ganhos observados nos demais períodos – chegando ao ponto de, em 2004, transferir sem contrapartida para o exterior uma quantidade de horas de trabalho equivalentes a 6,5% do produto gerado na economia brasileira naquele ano.

Gráfico 2 – Resultado líquido das transferências de valor via trocas internacionais do Brasil com o exterior (em % do produto anual total) – 1995 a 2009



Fonte: Timmer e outros, 2015. Cálculo próprio.

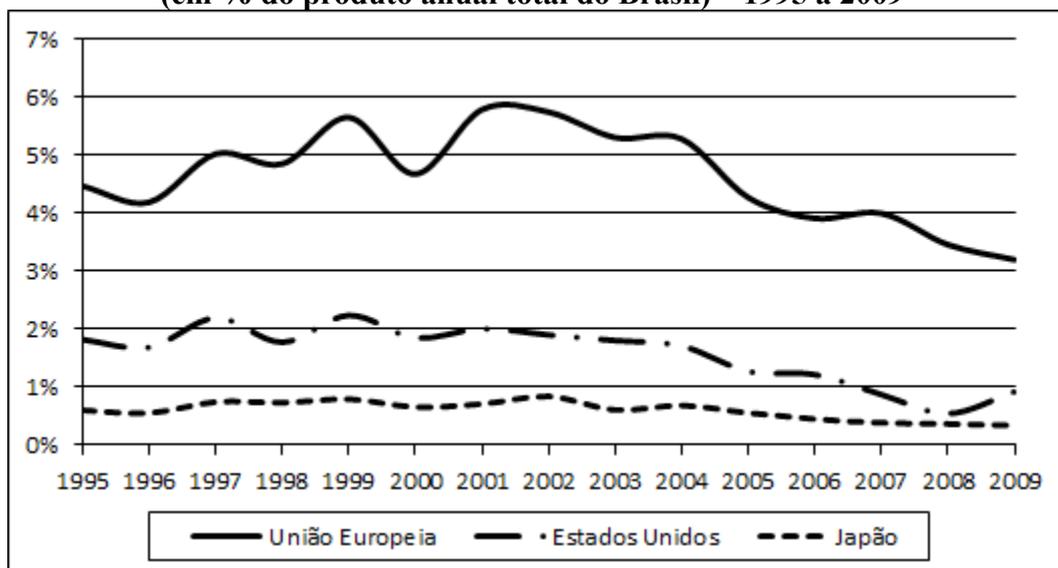
É de destacar que, ainda que o Brasil tenha um desenvolvimento das forças produtivas locais relativamente avançado para a região, e mesmo em um período marcado por condições conjunturais muito favoráveis no comércio mundial, **o Brasil transferiu em termos líquidos, no acumulado para o período, 19 bilhões de horas de trabalho para o exterior – o que seria similar a dizer que, em média, o produto anual de 630.000 trabalhadores brasileiros foram transferidos para outras economias sem uma contrapartida em horas de trabalho estrangeiro.**

As principais economias beneficiadas com as transferências brasileiras são, como destacado no gráfico 3, as principais potências imperialistas: União Europeia, Estados Unidos e Japão. Individualmente, a nação que mais se apropriou de mais-valia produzida por trabalhadores no país foram os Estados Unidos. A potência imperialista hegemônica obteve sem contrapartida no comércio o valor equivalente ao trabalho de praticamente 1 milhão de trabalhadores por ano só do Brasil. União Europeia, a seu turno, se apropriou do valor equivalente de 1,5 a 3 milhões de

¹⁵Vale lembrar do processo de reprimarização que tem ocorrido na economia brasileira desde o início dos anos 2000.

trabalhadores-ano do gigante sul-americano. Cabe destacar ainda que essas duas regiões começaram a apresentar uma tendência de queda nos valores líquidos que receberam do Brasil a partir do início dos anos 2000, provavelmente como resultado do boom das *commodities*.

Gráfico 3 – Valor líquido enviado pelo Brasil via trocas internacionais – principais países receptores (em % do produto anual total do Brasil) – 1995 a 2009



Fonte: Timmer e outros, 2015. Cálculo próprio.

Além das três economias indicadas no gráfico 3, países como Canadá, Coreia do Sul, Austrália e Rússia também conseguiram se apropriar constantemente de valor produzido no Brasil por intermédio do comércio internacional. Em conjunto, nesse período de 15 anos foi cedida a magnitude aproximada de 105 bilhões de horas de trabalho produtivo para as economias centrais.

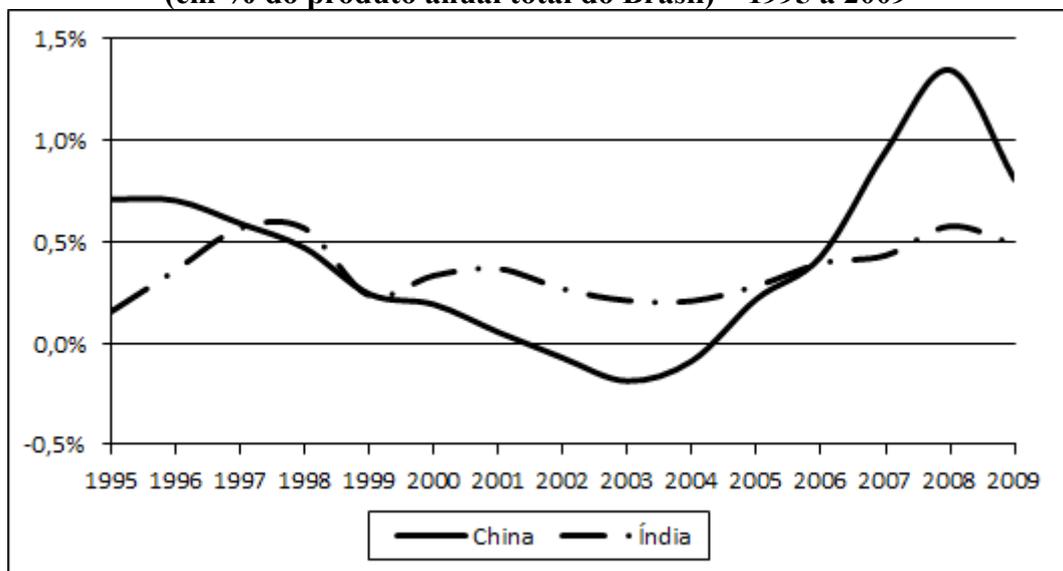
Todavia, a posição semiperiférica da economia brasileira explica porque essa relação desigual com as potências imperialistas não foram tão devastadora para a sua dinâmica econômica. Afinal, para o mesmo período, o país absorveu das demais nações periféricas cerca de 86 bilhões de horas de trabalho, resultando na posição líquida que indicamos anteriormente. Os países que mais cederam horas de trabalho para o Brasil foram China e Índia, responsáveis pelo envio líquido de 15 bilhões de horas de trabalho nesse período de 15 anos. Os 71 bilhões de horas restantes foram obtidos da coletividade dos países periféricos, para os quais não há informações detalhadas¹⁶.

O gráfico 4, a seguir, detalha os fluxos de valor do Brasil com a China e a Índia. Podemos observar que o nível de importância para a economia brasileira de suas relações com esses países é bem inferior às magnitudes apresentadas para a União Europeia e os Estados Unidos (gráfico 3).

¹⁶Com exceção do México e da Indonésia que, juntos, foram responsáveis pela remessa líquida de aproximadamente 1 bilhão de trabalho nesse período.

Ademais, é curioso observar a inversão da tendência das transferências internacionais recebidas da economia chinesa. De 1995 a 2003, há uma tendência de queda do fluxo de valor proveniente da China, que chega a atingir valores negativos em 2003 e 2004 (*i.e.*, indicando um envio de valor do Brasil para esse país). A partir de 2003, ano que coincide com a entrada da China para a Organização Mundial do Comércio e a partir do qual as exportações de *commodities* do Brasil para esse país se acentuam, a tendência se inverte completamente, mantendo-se em um valor positivo até mesmo após a crise do *subprime* em 2008.

Gráfico 4 – Valor líquido recebido pelo Brasil via trocas internacionais – principais países emissores (em % do produto anual total do Brasil) – 1995 a 2009



Fonte: Timmer e outros, 2015. Cálculo próprio.

Em suma, nossos dados mostram que ocorreram transferências de valor em magnitude considerável de e para o Brasil. A posição semiperiférica fica evidenciada no resultado líquido acumulado negativo, e na compensação parcial que a burguesia brasileira obteve dos trabalhadores de alguns países, notadamente (dentro da mostra de países disponível nos dados) China e Índia. A deterioração dessa posição após o período analisado, advinda do fim da conjuntura favorável – estouro e aprofundamento da crise de 2008, fim do ciclo de *commodities* agrícolas e minerais – com a menor absorção de valor advinda de superávit comercial, por exemplo, nos levam a crer ser plausível que tenha havido uma intensificação do fluxo de valor que se remete ao exterior, o que pode ter contribuído para a crise na qual a economia brasileira se encontra atualmente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tivemos por objetivo, no presente trabalho, analisar os fluxos de valor que resultam das trocas internacionais que envolvem a economia brasileira. Para tanto, iniciamos nossa pesquisa sumarizando o debate entorno do que se chama na teoria marxista de troca “desigual”, evidenciando tanto os desacordos teóricos em torno da definição desse conceito quanto da aceitação no ceio do pensamento marxista.

Com isso, alcançamos a compreensão de que nosso estudo sobre a existência de um fluxo desigual de valor no comércio internacional analisaria a existência de trocas nas quais produtos de distintas localidades se trocam por distintas quantidades de horas efetivamente trabalhadas. Indicamos que essa distinção poderia ter origem, seguindo os debates sobre a troca desigual, nas distinções entre: as intensidades do trabalho, as produtividades do trabalho que produzem um mesmo valor de uso, os fatores que determinam a equalização da taxa de lucro no mercado mundial, e o grau de monopólio.

Em seguida, apresentamos a metodologia a partir da qual calculamos os valores das transações econômicas do Brasil com o exterior. Evidenciamos os pressupostos que as limitações dos dados nos levaram a adotar, com um viés que tende a subestimar os resultados dessas transferências internacionais.

Por fim, apresentamos os resultados obtidos para a economia brasileira. Vimos que durante o período analisado, que vai de 1995 a 2009, o Brasil cedeu como resultado líquido de suas trocas com o exterior, um montante de 19 bilhões de horas de trabalho – o equivalente a 1,4% de todas as horas trabalhadas pelos trabalhadores produtivos do país nesse mesmo período. A União Europeia e os Estados Unidos apareceram como as principais economias receptoras dos valores provenientes do Brasil (63 e 21 bilhões de horas respectivamente). Além dessas economias, países como Japão, Canadá, Coreia do Sul e Austrália apareceram como receptoras líquidas de horas de trabalho brasileiras.

Observamos ainda que a posição semiperiférica do Brasil foi fundamental para o resultado alcançado no período. No período da análise, o Brasil recebeu um montante de 86 bilhões de horas de trabalho desse conjunto de países, tendo destaque os casos da China e da Índia (6 e 5 bilhões, respectivamente).

Como efeito tendencial do comércio internacional, nos parece ser possível indicar que o boom das *commodities* favoreceu fortemente a economia brasileira nesse período, tanto por reduzir os fluxos enviados para as principais potências dominantes como por ampliar os valores líquidos

provenientes da China. Ainda, a crise de 2008 parece ter tido um impacto negativo para a dinâmica das trocas brasileiras.

Acreditamos que, com os resultados inéditos aqui encontrados, conseguimos colaborar para demonstrar que – a despeito do nome que se dê para o fenômeno ou de quais sejam suas causas – a economia brasileira sofre com uma dinâmica comercial desigual que estabelece um fluxo de valor em direção às economias centrais. E, ainda, que o Brasil ocupa uma posição semiperiférica/subimperialista no mercado mundial, constituindo-se como um ponto de passagem para as economias centrais da mais-valia que é extraída em uma miríade de economias periféricas

Por fim, vale indicar que no presente trabalho não nos debruçamos sobre o papel de cada uma das possíveis causas das desigualdades entre horas de trabalho no intercâmbio internacional de mercadorias da economia brasileira. Embora alguns desses fatores possam ser avaliados a partir da base de dados utilizada – tal como distinção nas taxas de exploração e na composição orgânica do capital –, a maioria deles requer uma análise mais detalhada das diversas economias incluídas na fonte de dados disponível– como as divergências na intensidade e produtividade do trabalho, no grau de monopólio, entre outras questões. Outros estudos possíveis são, por exemplo, de contraste com outras formações sociais dependentes cujas informações possam ser levantadas, em particular que não se situem na posição intermediária como a brasileira. Essas tarefas, contudo, delegamos para pesquisas posteriores.

Referências

AMIN, Samir. *¿Cómo funciona el capitalismo? El intercambio desigual y la ley del valor*. México: Siglo XXI Editores, 1984[1975].

AMIN, Samir, El comercio Internacional y los flujos internacionales de capitales, En: AMIN, Samir et alli, imperialismo y comercio internacional. El intercambio desigual. 1974.

BETTELHEIM, Charles. Troca internacional e desenvolvimento regional. In: PALLOIX, Chirstian et al. *Imperialismo e comércio internacional: a troca desigual*. São Paulo: Global Editora, 1981. p. 58–89.

BORGES, R. E. S. *Efectos de las políticas de ajuste fondomonetarista sobre el salario en Brasil de 1990 a 2005: un análisis marxista*. Tesis de Diploma de Estudios Avanzados, Universidad Complutense de Madrid, 2006.

BORGES, R. E. S. Inserción en la mundialización capitalista: impactos sobre la relación salarial y la (super) explotación en Brasil–1990 a 2005. Actes du V Congrès Marx international. *Anais...* . Paris: Université Parix X, Nanterre. Recuperado de <http://www.iade.org.ar/noticias/insercion-en-la-mundializacion-capitalista-impactos-sobre-la-relacion-salarial-y-la>, 2007.

BORGES, R. E. S.; STOCCO, A. F.; SANTOS, C. N. DOS. Da economia política do capital fictício: notas sobre seu movimento na América Latina e Brasil. *Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social*, v. 1, n. 1. Recuperado março 8, 2020, de <http://periodicos.ufes.br/einps/article/view/25221>, 2019.

EMMANUEL, Arghiri. *A troca desigual*. Lisboa: Editorial Estampa, 1973. v. 1.

FRANKLIN, Rodrigo S. P. *Teoria da dependência: categorias para uma análise do mercado mundial*. 2015. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

FRANKLIN, Rodrigo S. P. *Um ensaio sobre a dependência a partir das relações econômicas do Brasil contemporâneo*. 2012. 142 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GONZÁLEZ, G. M.; VALLE BAEZA, A. Differences in Surplus-value Rates between Developed and Underdeveloped Countries: An analysis based on differences in productivity and capital composition. *Marxism* 21, p. 175–205, 2011.

GONZÁLEZ, G.M.; VALLE, A.; SÁNCHEZ, C. Productividad y tasa de plusvalor a nivel internacional: evaluación empírica. *Problemas del desarrollo*, v. 50, n. 196, p. 27–53. Instituto de Investigaciones Económicas, UNAM. doi: <http://dx.doi.org/10.22201/iiec.20078951e.2019.196.63004>, 2019.

GUERRERO, D. Un Marx imposible: el marxismo sin teoría laboral del valor. *Investigación Económica*, v. 57, n. 222, p. 105–143. Facultad de Economía, Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Recuperado em 18 nov de 2018, de <https://www.jstor.org/stable/42777479>, 1997.

LEONTIEF, Wassily. *A economia do insumo-produto*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. 5. ed. México: Era, 1981.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política; Livro terceiro - o processo global da produção capitalista*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. v. 1.

MAX, Karl. *O capital: crítica da economia política; Livro primeiro – o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SANTOS, Theotonio dos. *Imperialismo y dependencia*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

SHAIK, A., Valor, Acumulación y Crisis, Ensayos de Economía Política. 1990

SHAIKH, A. M.; TONAK, E. A. *Measuring the Wealth of Nations: The political economy of national accounts*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1994.

TIMMER, Marcel P. et al. An illustrated user guide to the World Input-Output Database: the case of global automotive production. *Review of International Economics*, Hoboken, v. 23, n. 3, p. 575–

605, Ago. 2015.